Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL • R$ 3,00
Quinta-feira, 5 de setembro de 2024
Ano CVII • Número 29.689
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



O STF E O X DE MUSK

STF suspende atividades do X Brasil de Elon Musk por descumprimento de leis brasileiras. Por Marcelo Aith, **página 2**



OS PREÇOS DOS PLANOS DE SAÚDE

Famílias brasileiras recorrem à Justiça para combater reajustes abusivos em planos de saúde. Por Natália Soriani, **página 2**



OS PANDAS RECEBEM O CINTURÃO E ROTA

Um dos símbolos da China, pandas habitam região escolhida para fórum de Mídia do Cinturão e Rota. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Bets endividam 86% dos jogadores e varejo é afetado

Os avanços no processo de regulamentação de casas de apostas online, também conhecidas como "bets", já renderam mais de 100 pedidos de autorização de funcionamento de empresas de jogos e apostas virtuais ao Ministério da Fazenda, para o início de operações a partir de 2025. De acordo com especialistas da Recovery, empresa do Grupo Itaú e líder na compra e gestão de créditos inadimplentes no Brasil, o crescimento acelerado desse segmento no país traz preocupações em relação à saúde financeira dos brasileiros e possibilidade de aumento de inadimplência em cartão de crédito.

Pesquisa do banco Itaú estima que brasileiros e brasileiras perderam quase R$ 24 bilhões em jogos e apostas online em um ano, fator este que pode aumentar o índice de endividamento das famílias brasileiras, que segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), já atingiu 78,8% em maio, sendo o terceiro mês seguido de crescimento.

Também um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise Pesquisas, revela que os brasileiros movimentam cerca de R$ 6 bilhões por mês em apostas e jogos online. Mais de 40 milhões de pessoas realizaram algum tipo de aposta ou jogo no último ano. Segundo a pesquisa do Instituto Locomotiva, 86% dos jogadores que apostam em plataformas eletrônicas acabam se endividando.

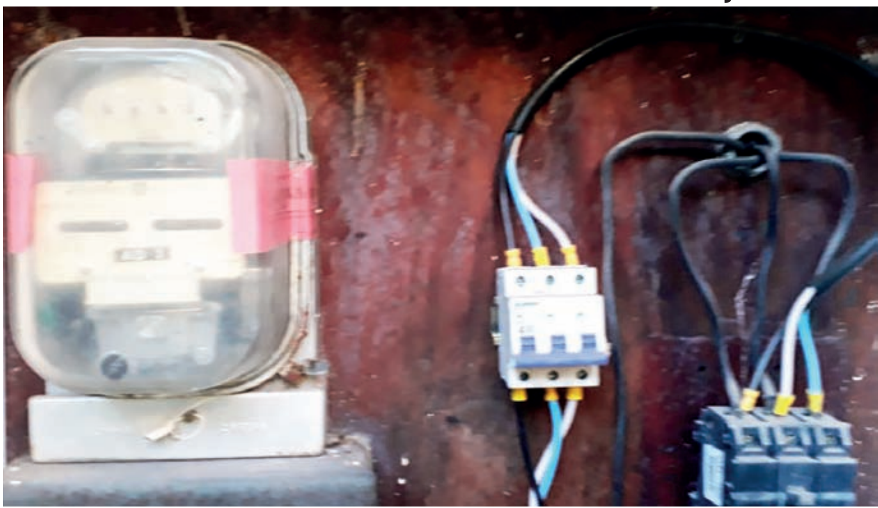
Diante desse cenário, o varejo já começa a sentir o impacto. Com o aumento do endividamento dos consumidores e a consequente redução da capacidade de compra, o setor pode enfrentar desafios adicionais para manter o fluxo de caixa, especialmente em tempos de incerteza econômica.

Por ser um assunto recente, o impacto das apostas online ainda será percebido no mercado de cessão de dívidas em atraso, porém, como o bolso dos brasileiros está apertado, o dinheiro gasto dessa forma pode fazer falta a médio prazo. "As plataformas de apostas costumam aceitar cartões de crédito ou PIX como meio de pagamento e existe a possibilidade de que mercado de apostas influencie a inadimplência no país a partir do ano que vem", relata o especialista.

Após erro de cálculo, Aneel recua e aciona bandeira vermelha patamar 1

Peso será menor para o bolso do consumidor

J. C. Cardoso



A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) recuou do acionamento da bandeira vermelha patamar 2 e informou, nesta quarta-feira, que acionará a bandeira vermelha patamar 1 para os consumidores brasileiros. A redução do patamar da bandeira vermelha ocorre após a correção de informações do Programa Mensal de Operação (PMO) de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Diante dessa alteração, a agência solicitou para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) avaliação das informações e recálculo dos dados, o que indicou o acionamento da bandeira vermelha patamar 1. Nesse patamar serão cobrados R$ 4,463 para cada 100 quilowatt-hora consumidos.

Além disso, a diretoria da Aneel definiu que serão instaurados processos de fiscalização para auditar os procedimentos dos agentes envolvidos na definição da PMO e cálculo das bandeiras.

Importante esclarecer os consumidores que a mudança é válida a partir de 1° de setembro. Para as contas que já foram faturadas, a devolução será feita até o segundo ciclo posterior à constatação do ajuste, conforme disposto no artigo 323, parágrafo 3° da Resolução Normativa 1000 que trata dos direitos e deveres dos consumidores.

Na última sexta-feira, a Aneel havia anunciado, pela primeira vez em pouco mais de três anos, que seria acionada a bandeira vermelha patamar 2, para esse mês. Nesse patamar seriam cobrados R$ 7,877 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Segundo a Aneel, a bandeira vermelha patamar 2 seria acionada em razão da previsão de chuvas abaixo da média em setembro, resultando em expectativa de afluência nos reservatórios das hidrelétricas do país (em cerca de 50% abaixo da média). Esse cenário de escassez de chuvas, somado ao mês com temperaturas superiores à média histórica em todo o país, fazia com que as termelétricas, com energia mais cara que hidrelétricas, passassem a operar mais. Portanto, os fatores que acionariam a bandeira vermelha patamar 2 foram o GSF (risco hidrológico) e o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

Porém, os erros de cálculos foram percebidos, a estrategista de inflação da Warren Investimentos, Andréa Angelo, explicou na manhã dessa quarta-feira que a Aneel não havia até então se manifestado sobre alteração da cor de bandeira após o erro de cálculo do PLD pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

"Me parece mais provável não alterarem nada, o desgaste da energia mais cara para os consumidores já aconteceu. O olhar agora é se a situação vai para o acionamento de termelétricas fora da ordem de mérito e encerra o ano em bandeira vermelha (seja 1 ou 2). O impacto na inflação do ano é de 14 a 32bps, que pode ser anulado por uma queda de gasolina, e o IPCA encerra este ano no teto da meta para mais ou para menos. De qualquer forma, bandeira mais cara este ano ajuda 2025 a ser a mais barata ou não ter efeito", explica.

Produção da indústria nacional cresceu 6,1% em julho

A produção industrial brasileira cresceu 6,1% em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado. No ano, acumula alta de 3,2% e, em 12 meses, expansão de 2,2%. Já na comparação com junho passado houve recuo de 1,4%. A perda de ritmo acontece após o avanço de 4,3% verificado no mês anterior. Com esses resultados, a indústria se encontra 1,4% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 15,5% aquém do ponto mais alto da série histórica, obtido em maio de 2011. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM – Brasil), divulgada pelo IBGE.

"O desempenho negativo da indústria em julho ocorre após intenso crescimento no mês anterior (4,3%), quando foi influenciado pelo retorno à produção de unidades produtivas que foram (direta ou indiretamente) afetadas pelas chuvas ocorridas no Rio Grande do Sul em maio de 2024. Grande parte do recuo registrado neste mês tem relação com o avanço expressivo visto no mês anterior, mas também se observa que importantes plantas industriais realizaram paralisações no seu processo produtivo. O resultado de julho caracteriza-se por ter poucas, porém atividades industriais com relativa importância na estrutura industrial, que mostraram queda na produção acima da média da indústria. Apesar disso, quando comparamos o patamar da indústria em julho deste ano com dezembro de 2023, o setor industrial está 1,2% acima, mostrando a permanência de uma trajetória ascendente", explica André Macedo, gerente da PIM Brasil.

De junho para julho, duas das quatro grandes categorias econômicas e somente sete dos 25 ramos industriais pesquisados tiveram queda na produção. As principais influências negativas vieram de produtos alimentícios (-3,8%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-3,9%), indústrias extrativas (-2,4%) e celulose, papel e produtos de papel (-3,2%).

Responsável pelo maior impacto negativo no resultado deste mês, o setor de produtos alimentícios (-3,8%) eliminou o avanço de 2,6% registrado em junho. "Houve queda na produção de açúcar, impactada pelos efeitos da seca no Centro-Sul do país, de carnes de bovinos e de produtos derivados da soja. Esses itens foram os que mais contribuíram negativamente neste mês", afirma André.

Defasagem da gasolina em relação ao Brent cresce

A defasagem da gasolina em relação ao Brent e a gasolina internacional permanecem aumentando, ou seja, o espaço para queda nos preços na refinaria está alargando. A afirmação é da estrategista de inflação da Warren Investimentos, Andréa Angelo.

A economista explica que "a nossa conta de defasagem indica um espaço de -11% de queda para a gasolina, considerando a média dos últimos 15 dias. Na ponta, a defasagem da gasolina pelo Brent é de -13% e pela gasolina internacional de -6,9%. Simulando uma queda da gasolina na refinaria de 11%, significa na bomba -4% e o impacto no IPCA é de -20 bps. Por ora, não esperamos anúncio de queda, vamos esperar mais alguns dias e ver quais os níveis em que tanto o óleo como o câmbio se estabilizam".

A estrategista frisa também que, em relação ao gás de cozinha, que ficará mais caro a partir desta quarta, as mudanças não estão relacionadas às refinarias, como Acelen e Petrobras, mas às distribuidoras, que estão repassando o impacto da data-base do dissídio coletivo e o aumento dos custos operacionais para o produto.

Consignado: Justiça recebe 1,7 mil processos diários

O número de processos na Justiça relacionados ao empréstimo consignado registrou um salto de 22,19% entre 2022 e 2023. Segundo dados inéditos extraídos do DataJud, o painel de estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a variação registrada foi de 478.754 para 585.001 casos. E em média, no 1º semestre de 2024, foram registrados 1.768 novos processos todos os dias entre os clientes e as instituições financeiras. **Página 3**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,6337
Dólar Turismo	R$ 5,8540
Euro	R$ 6,2445
Iuan	R$ 0,7934
Ouro (gr)	R$ 451,90

ÍNDICES

IGP-M	0,29% (agosto)
	0,61% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,38%
SP (junho)	0,38%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Supremo versus Musk: não confundamos alhos com bugalhos

Por Marcelo Aith

Novamente o Supremo Tribunal Federal (STF) se tornou o centro das discussões no Brasil. Outra vez por conta de uma decisão proferida pelo ministro Alexandre de Moraes, que foi acompanhado à unanimidade pelos integrantes da 1ª Turma, a qual determinou a suspensão das atividades da plataforma X Brasil, do bilionário Elon Musk, por descumprimento reiterado de ordens emanadas pela Corte Superior.

O estopim para a suspensão foi o descumprimento das leis brasileiras que exigem que empresas estrangeiras tenham representante legal no país. Musk, recentemente, decidiu que o X não teria mais representantes no Brasil, o que afronta, dentre outras normas, os artigos 977, inciso VI, e 1138, ambos do Código Civil brasileiro.

O empresário decidiu não cumprir as leis do Brasil para que suas empresas, em especial a plataforma X, pudessem atuar regularmente no país. Vamos lá tentar desenrolar esse novelo.

Consoante se extrai do artigo 997, inciso VI, do Código Civil, que a sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará "as pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições". Por outro lado, o artigo 1138 estabelece que a "sociedade estrangeira autorizada a funcionar é obrigada a ter, permanentemente, representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial pela sociedade".

Com efeito, não há dúvida que a lei brasileira exige que uma sociedade estrangeira mantenha um representante no Brasil com poderes para resolver quaisquer questões, inclusive receber citações. No entanto, Musk deu de ombros para a legislação brasileira e para a ordem judicial do STF.

Qual seria a intenção de Musk em não ter mais representante legal no Brasil? Obviamente, ele objetiva não cumprir as regras previstas na Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet -, que foi editada pelo Congresso Nacional, com escopo de estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Como se sabe, o artigo 19 do referido Marco Civil da Internet estabelece a responsabilidade civil do provedor, quando instado judicialmente para coibir crimes praticados por terceiros, não toma medida alguma para impedir ações ilícitas.

A decisão do STF determinou, com base no artigo 171, parágrafo 1º, da Lei 9472/97, a suspensão da atividade da Starlink, empresa da qual Musk é um dos acionistas, que comercializa acesso à internet por satélite. O referido artigo estabelece que: "O emprego de satélite estrangeiro somente será admitido quando sua contratação for feita com empresa constituída segundo as leis brasileiras e com sede e administração no País, na condição de representante legal do operador estrangeiro".

O empresário, de fato, deixou de cumprir inúmeras determinações judiciais para retirar da sua plataforma páginas de usuários que faziam apologia ao golpe de estado no Brasil. Objetivando permanecer sem cumprir as ordens judiciais, o empresário usou do subterfúgio rasteiro de retirar o representante legal do país.

O que Musk está a fazer é se colocar acima das leis do Brasil, em inequívoca afronta à soberania nacional. Não se pode confundir ofensa à liberdade de expressão ou censura, com descumprimento das leis internas do país para regular atuação no Brasil.

Muitos desavisados, que ignoram as leis do país, bradam aos quatros cantos que o Supremo Tribunal Federal está a ofender à liberdade de expressão. Na verdade, o empresário bilionário, que também gosta dos holofotes da mídia mundial, quer liberdade para propalar desinformações, inverdades, sem correr risco de sofrer as devidas consequências.

No entanto, em que pese a correção da decisão do Supremo Tribunal Federal em sua essência, a extensão dos efeitos sancionatórios aos terceiros que acessarem a plataforma X, afigura-se exagerada. Punir os usuários pelo mero acesso com a imposição de multa de R$ 50 mil é um prato cheio para que os opositores da Corte digam que há censura e ofensa à liberdade de expressão.

Embora esse equívoco da decisão, que já foi alvo de recurso manejado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não há como afastar a adequação da decisão do Supremo Tribunal Federal, uma vez que qualquer empresa que queira atuar no Brasil tem que seguir as leis do país. Nenhuma empresa está acima da soberania nacional. Não confundamos alhos com bugalhos.

Marcelo Aith
é advogado criminalista. Mestre em Direito Penal pela PUC-SP. Latin Legum Magister (LL.M) em Direito Penal Econômico pelo Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa – IDP. Especialista em Blanqueo de Capitales pela Universidade de Salamanca

A batalha dos brasileiros contra os reajustes abusivos de planos de saúde

Por Natália Soriani

Os reajustes nas mensalidades dos planos de saúde coletivos são um dos principais pesadelos para os brasileiros. Diversas famílias estão buscando o Judiciário para tentar evitar os efeitos de aumentos abusivos pelas operadoras de saúde. Um estudo recente, publicado na Revista Direito Público, realizado por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade de São Paulo (USP), lança luz sobre essa questão.

A pesquisa analisou uma amostra de 666 decisões judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), focando em 215 casos específicos de planos coletivos. Os resultados são reveladores: em 60% dos casos, os reajustes foram considerados ilegais, resultando em decisões favoráveis aos usuários. Apenas 40% das decisões mantiveram os reajustes como legais. Ou seja, na visão da Justiça paulista, de cada 10 ações, 6 são favoráveis aos usuários dos planos.

A ausência de clareza e justificativa nos critérios utilizados para os reajustes das mensalidades tem sido um fator determinante para as decisões judiciais em favor dos usuários, segundo a pesquisa. Isso destaca a importância de as operadoras fornecerem informações claras e detalhadas sobre os critérios utilizados para calcular os aumentos das mensalidades.

As operadoras de saúde, ao não apresentarem de forma detalhada e fundamentada os motivos para os reajustes, acabam infringindo princípios básicos de proteção ao consumidor, o que tem levado o TJ-SP a rever os aumentos aplicados. Essa circunstância evidencia a importância de um controle rigoroso sobre as práticas das empresas, especialmente no que tange à transparência e à justificativa dos reajustes.

Além disso, o estudo aponta que a revisão dos reajustes nas mensalidades dos planos de saúde coletivos não é um fenômeno isolado, mas sim uma prática recorrente no TJ-SP. Esse padrão de decisões favoráveis aos usuários sugere uma interpretação judicial consolidada sobre a necessidade de transparência e justificativa nos reajustes, reforçando a posição de que a proteção ao consumidor deve prevalecer em situações onde há indícios de abusividade ou falta de clareza por parte das operadoras.

Nesse contexto, a transparência e a justificativa adequada para qualquer aumento são princípios basilares, não apenas sob a ótica do Direito do Consumidor, consagrado pelo Código de Defesa do Consumidor, mas também sob a regulamentação específica da ANS. A Resolução Normativa ANS nº 557, de 2022, por exemplo, estabelece critérios para a aplicação de reajustes, exigindo das operadoras clareza e justificativa para os aumentos aplicados.

A falta de transparência ou de justificativa no cálculo do reajuste constitui uma violação direta desses princípios. O Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 6º, inciso III, estabelece como direito básico do consumidor a informação clara e adequada sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem. A aplicação desse princípio no contexto dos planos de saúde coletivos implica que qualquer reajuste deve ser precedido de uma comunicação efetiva, transparente e detalhada aos consumidores, esclarecendo os motivos e a metodologia de cálculo utilizada.

Além disso, o artigo 31 do mesmo código reforça a necessidade de oferta e apresentação de serviços que garantam informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Para os consumidores, esses reajustes podem significar um aumento significativo nos custos mensais, muitas vezes sem uma explicação clara. Essa falta de transparência não só gera desconfiança, mas também pode colocar em risco o acesso contínuo ao plano de saúde, especialmente em tempos de dificuldades financeiras.

A judicialização tem se mostrado uma ferramenta eficaz para contestar esses aumentos. Recorrer à Justiça pode ser uma opção viável para aqueles que se sentem injustiçados. É importante consultar um advogado especializado em Direito da Saúde para entender as nuances do contrato e a melhor alternativa jurídica. O usuário de plano de saúde deve documentar todas as comunicações e justificativas fornecidas pela operadora em relação aos aumentos das mensalidades.

A questão dos reajustes nos planos de saúde coletivos é complexa e impacta diretamente a vida de muitos brasileiros. A busca por transparência e justiça é fundamental para garantir que os direitos dos consumidores sejam respeitados. Além de ter direito às melhores alternativas para garantir a saúde de sua família, os brasileiros também precisam assegurar um tratamento justo e equitativo em relação aos valores de seus convênios. A saúde financeira é fundamental para garantir um bom plano de saúde.

Natália Soriani
é especialista em Direito da Saúde e sócia do escritório Natália Soriani Advocacia.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

A terra dos pandas recebe o Cinturão e Rota

Uma das mascotes das Olimpíadas de Beijing 2008, presente na diplomacia do país, o panda tem sua imagem fundida à da China. Chengdu, capital da província (estado) de Sichuan, sudoeste chinês, a terra dos pandas gigantes, foi escolhida para sediar o fórum de Cooperação da Mídia do Cinturão e Rota 2024, realizado na semana passada.

Chengdu é um polo econômico e cultural. Conta com cerca de 20 milhões de habitantes na região metropolitana. Como toda cidade grande, enfrenta constantes engarrafamentos, mesmo nas largas avenidas, até nos domingos. Como boa parte das cidades asiáticas, carros, bicicletas e motonetas convivem nas ruas em um balé que deixa ocidentais de cabelos em pé. Possui muitos parques, áreas verdes e uma limpeza que chama atenção. Fica em Chengdu o New Century Global Center, o mais largo edifício do mundo (o mais alto é o Burj Khalifa, em Dubai, mas o parque aquático no interior da construção chinesa rivaliza facilmente com os dos Emirados).

A província de Sichuan e arredores abrigam praticamente todos os pandas do planeta, noves fora os que estão em zoológicos mundo afora. Ano que vem, Beijing vai inaugurar uma base de conservação para cerca de 40 pandas gigantes.

Também habita Sichuan o panda-vermelho, um tanto ofuscado pelo panda gigante, do qual, aliás, não é nem um parente distante. Enquanto o animal preto e branco é da família dos ursos, o menos robusto panda-vermelho integra uma família em que é o único do gênero e espécie. Mais assemelhado a uma raposa (é o ícone do Firefox, o navegador da Mozilla), tem hábitos como de gatos (lambem os pelos), é territorialista, vive nas árvores e se movimenta bem mais que seu vizinho mais famoso.

Fica em Dujiangyan, nos arredores de Chengdu, um sistema da irrigação e controle de cheias construído ao redor do ano 250 a.C. Ainda operando plenamente, Patrimônio Mundial da Unesco, é um exemplo da engenharia e tecnologia chinesas.

Foi nessa região, que tanto simboliza a China e representa seu passado e seu futuro, que mais de 200 representantes da mídia de todo o planeta se reuniram para tratar do Cinturão e Rota. O que veremos na próxima coluna.

Ligação explícita entre X e Starlink

Segundo um demitido funcionário do X-Twitter no Brasil, em entrevista ao portal G1, as verbas rescisórias não foram integralmente pagas por causa do bloqueio das contas da Starlink. A informação teria sido repassada por uma empresa terceirizada que cuida do RH.

Se isso foi confirmado, cai por terra a alegação de que X-Twitter e Starlink não têm ligação direta (além de ambas serem controladas por Elon Musk). De quebra, ficam sem argumentos os nacionalistas da Shopee que, ignorando leis e jurisprudências, condenaram o ministro Alexandre de Moraes, do STF, por ter bloqueado as contas da Starlink para pagar as multas dribladas pelo X-Twitter.

Rápidas

Membros do Conselho de Líderes do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) se reuniram nesta semana com o embaixador André Corrêa do Lago, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Itamaraty, em São Paulo. No encontro, o setor empresarial brasileiro reforçou seu comprometimento com a meta de frear o aquecimento global *** Em fase de produção do manuscrito de seu novo livro, *O Enigma do Castelo*, a escritora Ana Pregardier oferece o curso gratuito online "Como Pensar Acessibilidade na Literatura", de 16 a 20 de setembro, ao vivo, às 12h, pelo Instagram @enigmadocastelo

Consignado: 4º maior tema em Direito do Consumidor

O empréstimo consignado ocupa o quarto tema entre os maiores assuntos em Direito do Consumidor em 2022 e 2023, atrás de inclusão indevida em cadastro de inadimplentes, indenização por dano material e indenização por dano moral. Os principais problemas relacionados a empréstimos consignados que costumam ser discutidos na Justiça consistem nas fraudes, cobranças abusivas e na margem consignável, o valor máximo que pode ser descontado de cada salário.

Especialistas apontam que o volume de ações na Justiça é alarmante e que uma parcela da população costuma ser mais vítima de possíveis injustiças relacionadas aos empréstimos. "Os idosos são extremamente vulneráveis. Muitas vezes, eles são alvos de abordagens agressivas e enganosas, aproveitando-se de sua eventual falta de conhecimento sobre os termos do contrato ou de suas limitações que impedem a total compreensão dos riscos e condições estabelecidos para a contratação de um empréstimo", relata Larissa Rezende, advogada especialista em Direito Bancário do VLV Advogados.

A advogada lembra que as empresas que desrespeitam a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e obtêm dados de contato para oferecer os empréstimos podem ser punidas pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) com uma multa de 2% do faturamento da empresa.

Já de acordo com Brisa Nogueira, advogada especialista em Direito do Consumidor e sócia do Brossa e Nogueira Advogadas, o aumento no número de processos reflete uma combinação de fatores, incluindo o aumento da vulnerabilidade econômica de certos grupos e práticas abusivas por parte de instituições financeiras.

A especialista aponta que os principais afetados são aposentados, pensionistas e beneficiários de programas sociais, que muitas vezes não têm pleno conhecimento dos termos contratuais. "O empréstimo consignado é oferecido, em grande parte, para pessoas que recebem benefícios contínuos, como aposentadorias e pensões. Essas pessoas, muitas vezes, são alvo de assédio por parte dos bancos, que utilizam SMS, ligações e outras formas de comunicação para persuadi-las a contratar esses empréstimos," explica.

A advogada destaca que, embora o crédito consignado possa ser uma ferramenta útil para aqueles que precisam de dinheiro rápido, a falta de transparência nos contratos e o desconhecimento sobre os juros podem levar a uma dívida muito maior do que o valor originalmente emprestado. "Muitos clientes chegam ao escritório depois de anos pagando parcelas, sem entender por que a dívida não diminui. Em alguns casos, conseguimos levar a questão ao Judiciário para tentar reduzir o número de parcelas ou o percentual de juros, mas isso é difícil, pois muitas vezes o Poder Judiciário entende que a contratação foi de livre e espontânea vontade."

Brisa conclui que, apesar de algumas vitórias nos tribunais, a situação ainda é preocupante, e muitos consumidores permanecem presos em contratos desvantajosos. Ela reforça a necessidade de uma maior conscientização e de políticas que protejam os consumidores mais vulneráveis de práticas abusivas.

Ministro das Comunicações: X tem que cumprir ordem judicial

O governo federal vai continuar exigindo que a Starlink cumpra a ordem judicial de bloqueio da rede social X no Brasil, afirmou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, nesta quarta-feira, no programa "Bom dia, Ministro" do Canal Gov. "No Brasil, ordem judicial se cumpre. Quando uma determinada empresa descumpre uma decisão judicial, como estava descumprindo, e mais do que isso, ainda chega ao tom de provocar, de afrontar, ela merece toda a repulsa da população brasileira, do governo e do país", ressaltou.

A Agência Nacional de Telecomunicações notificou na sexta-feira (30) todas as operadoras de internet do país para cumprirem a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, e que foi respaldada pela 1ª Turma da corte. "Nós temos soberania nacional, nós temos a democracia, uma constituição que é obedecida por todos e não é um sujeito com maior poderio econômico, ricaço de fora do país, que vai afrontar o Brasil. Não vamos admitir isso jamais", disse o ministro.

O descumprimento de ordem judicial, segundo o ministro, não será só de multa, mas também a abertura de um processo de cassação da outorga da prestação do serviço no Brasil. "Se eles não cumprirem isso, naturalmente a Anatel e o Ministério das Comunicações vão abrir um processo de cassação dessa outorga. Mas a gente espera que a decisão judicial no Brasil seja cumprida", finalizou.

Segundo a Agência Brasil, no programa, o ministro Juscelino destacou a meta de levar internet de qualidade e reduzir as desigualdades nas escolas brasileiras. O objetivo é levar internet de banda larga e wi-fi para até 20 mil escolas públicas no ensino básico até 2026. A iniciativa viabilizará o investimento de até R$ 1,2 bilhão.

Para atingir o objetivo, o MCom implementou o programa Estratégia Nacional das Escolas Conectadas (ENEC). Os recursos resultam de edital de renúncia fiscal do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust),articulado entre o Ministério das Comunicações (MCom) e Ministério das Educação (MEC).

Protestos em cartório cresceram 21% no semestre

O número total de protestos em cartórios cresceu 21% no Brasil no primeiro semestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano passado. O número abrange um crescimento de 20% no número de cidadãos com dívidas não quitadas, além de um aumento de 22% no número de pessoas jurídicas que tiveram seu CNPJ inscrito no cadastro de devedores junto aos cartórios de protesto.

Levantamento realizado pelo Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB) mostra que em números absolutos, o total de protestos no primeiro semestre saltou de 15.221.238 em 2023 para 18.449.245 em 2024. Deste total, o número de pessoas físicas protestadas no mesmo período passou de 5.967.407 no ano passado para 7.171.169 neste ano. Já o número de CNPJs de empresas endividadas passou de 9.253.831 no 1º semestre de 2023 para 11.278.076 em 2024.

Os números retratam um cenário preocupante no país e, no caso das pessoas jurídicas, reflete uma situação crescente de fechamento de empresas, pedidos de recuperação judicial, acordos com credores e recuperação extrajudicial que, aliados a recente alta do dólar, faz com que o brasileiro vivencie um aumento das incertezas no cenário econômico nacional.

A quantidade de companhias em recuperação judicial aumentou consideravelmente desde o mês de janeiro de 2023 e explodiu no começo do segundo semestre do ano. De acordo com dados da Serasa Experian, cerca de 40% dos pedidos de recuperação registrados no ano foram feitos entre o período de julho e setembro. Além disso, somente no mês de setembro foram registrados 136 processos, uma alta de 94,3% na comparação com o mesmo mês no ano passado.

"Americanas, 123milhas, Light, Oi, Grupo Petrópolis e South Rock são alguns exemplos de companhias que buscaram o recurso. Ainda segundo dados da Serasa Experian, o Brasil atingiu o montante de 3.873 empresas em recuperação entre julho e setembro. Ou seja, há mais empresas entrando do que saindo da recuperação na atualidade, consequência de um processo de aumento da tomada de crédito, seguido da alta taxa de juros e da inadimplência", diz Silvinei Toffanin, fundador e sócio da Direto Group.

Ainda segundo ele, "apesar de muitas pessoas confundirem, erroneamente, a recuperação judicial com a efetiva falência de um negócio, e por isso, o termo despertar desconfiança e ainda trazer, também equivocadamente, algum nível de discriminação para a empresa em mercado de atuação, o recurso é extremamente interessante e fundamental para que, de fato, companhias possam recuperar sua saúde financeira e voltar a ter performances adequadas."

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

DIA DO AÇAÍ – A The Best Açaí vai comemorar o Dia Nacional do Açaí, nesta quinta-feira com a distribuição de 100 mil potes gratuitos de açaí para os clientes cadastrados no app Clube The Best, totalizando 24 toneladas. Em 2023, a The Best Açaí presenteou seus clientes com açaí grátis por meio de uma promoção no aplicativo oficial da marca. O "The Best Day" foi um sucesso, e este ano a ação retorna com tudo para comemorar o Dia Nacional do Açaí, com a meta de dobrar os números da última edição. O Clube The Best é o aplicativo da marca que já tem mais de 200 mil usuários cadastrados. Para dar conta dos 24 mil quilos de açaí que serão distribuídos, a The Best Açaí conta com a fábrica do grupo, a Amadelli Alimentos, que produziu cerca de 500 mil caixas de açaí e sorvetes no primeiro semestre de 2024, registrando um aumento de 120% na produção em comparação com o mesmo período do ano anterior. O aplicativo que dá acesso a promoção pode ser baixado no link: https://thebestacai.com.br/thebest-club

ERYKAH BADU - A cantora e compositora Erykah Badu, aclamada mundialmente como a rainha do neo-soul, está de volta ao Brasil para um show imperdível em São Paulo. A apresentação acontecerá no dia 6 de novembro, no Espaço Unimed. Conhecida por seus vocais exuberantes e melódicos, bem como por sua habilidade em combinar soul, R&B e batidas de hip-hop, Erykah Badu conquistou o mundo com uma sonoridade única que transcende expectativas. Seu álbum de estreia, Baduizm (1997), foi um sucesso instantâneo, rendendo dois Grammys à artista e consolidando hits como "On & On" e "Next Lifetime". Para abrir esta noite especial, o público contará com a presença de Luedji Luna, cuja mistura rica de influências como jazz, MPB e ritmos afro-brasileiros promete criar a atmosfera perfeita para a performance de Erykah Badu. Local: Espaço Unimed (Rua Tagipuru, 795 - Barra Funda - São Paulo – SP).

BARRA BLUE - A unidade da Rede Supermarket Barra Blue, na Avenida das Américas, 12.700, Barra da Tijuca, promove o 'Super Parada do Rock', evento gratuito, em todos os dias do Rock In Rio, com shows ao vivo, degustações, food trucks e 'camarim do rock', com serviços de maquiagem e penteados. A ação reforça mais ainda a Rede Supermarket como opção ideal para compras, com ofertas de até 50% de desconto, em todos os segmentos de produtos, como bebidas, beleza, padaria, açougue e limpeza, em comemoração ao seu 15º aniversário. Na loja conceito, os shows de rock vão acontecer em um lounge, que, além de todas as atrações, vai contar com brindes, sorteios, degustações e ativações de marcas apoiadoras do festival – Heineken, PepsiCo, Três Corações, Colgate, Diageo, Seara, Nestlé e Mondelez. O Supermarket Blue estruturou seu "Camarim do Rock", com profissionais que vão oferecer maquiagem e penteados. Os serviços poderão ser feitos mediante compra de produtos da seção de perfumaria da unidade. A loja também vai contar com transporte direto para o Rock in Rio, sendo um ponto de embarque para o festival. Serão quatro horários de ida e retorno, com conforto e segurança. O investimento será de R$ 100, pago antecipadamente pelo site www.solitiio.com.

CACHORRO QUENTE – Os supermercados Mundial estão com ofertas de até 50% OFF no Dia do Cachorro-Quente, 9 de setembro. O Mundial vai fazer uma série de promoções imperdíveis no final de semana de 6 a 8 de setembro.

6º SOY LOCO POR TI JUQUERY - O festival Soy Loco Por Ti Juquery chega à sua 6ª edição, oferecendo uma programação diversa que celebra a memória, a arte e a ressignificação do antigo hospital psiquiátrico do Juquery. O evento acontece de 12 a 15 de setembro, com mais de 40 atrações artísticas, em Franco da Rocha (SP). Sob o tema "Calma", o festival ocupa parte das instalações do Juquery e se estabelece como um espaço de acolhimento e transformação, onde a arte atua como veículo de cura, relembrando e reescrevendo histórias. A programação, que é gratuita, inclui shows, debates, oficinas infantis, espetáculos e filmes, além de uma ocupação artística no antigo prédio da Farmácia e intervenções nos jardins, com música, slam, sarau, feirinha, espetáculos e performances. A programação inclui ainda o 5º Seminário Cultura e Saúde, aberto ao público, atividades educativas voltadas para os prestadores de serviços do CAPS, e uma exposição no MAOC - Museu de Arte de Osório César. Mais informações: www.soylocoportijuquery.com/

RIR: Novo Rio deve registrar alta de 40% no fluxo de passageiros

O movimento de turistas e passageiros utilizando a segunda maior rodoviária da América Latina a partir de 12 de setembro deverá ser 40% maior em comparação ao movimento normal. Segundo a previsão estatística da concessionária, no período de 12 a 23 de setembro, em função do Rock in Rio, a Rodoviária do Rio deve receber 225.500 passageiros em 7.161 ônibus (1.161 extras), principalmente vindos das Regiões Sudeste (Minas, São Paulo e interior do Rio) e Brasília, transportando mais de 225 mil passageiros, grande parte desse número é composto pelo público do festival. Ao todo, considerando o número de embarques e desembarques, o terminal deve movimentar 449.790 pessoas e um total de 14.086 ônibus.

"A Rodoviária está totalmente preparada para receber os turistas e o público do Rock in Rio, como em todos os anos de festival, oferecendo uma estrutura completa de recepção e serviços. Além disso, contaremos novamente com o serviço Primeira Classe, sendo um dos pontos de embarque oficiais do Rock in Rio para o transporte até a Cidade do Rock", afirma Roberta Faria, diretora geral.

Os ônibus do serviço primeira classe sairão das plataformas 56 a 58, permitindo que os passageiros que desembarcarem no Rio de ônibus sigam direto para o evento sem precisar sair do terminal.

O Grupo JCA (viações Cometa, 1001, Catarinense, Expresso do Sul e Rápido Ribeirão) já está sentindo um reflexo na movimentação de passageiros com um aumento de 44% na procura por viagens de ônibus de suas linhas até o Rio de Janeiro durante os dias de festival. Entre as principais cidades de origem estão São Paulo e Sorocaba, Campos dos Goytacazes e Belo Horizonte. Refletindo a mesma expectativa, a Guanabara (Útil, Sampaio, Brisa, Real Expresso, Motta, Rápido Federal, Expresso Guanabara), espera um aumento de 20% no total de suas rotas nas linhas das regiões mais remotas do país. Mas o destaque se dará nas rotas vindas de cidades mais próximas como Juiz de Fora e Sul de Minas Gerais, São José dos Campos, Taubaté e Santos, e nestas, com toda certeza, esse aumento deverá superar 50%, por isso a empresa deve dobrar a grade de horários para essas cidades. Já a Viação Águia Branca espera um aumento de 53% no total de viagens. A expectativa da companhia é do aumento das viagens partindo de São Paulo e Vitória (serão 375 ônibus extras saindo da capital paulista transportando mais de 9 mil passageiros e 30 ônibus extras partindo de Vitória e uma expectativa de transportar mais de 5 mil passageiros para o Rock in Rio).

Segundo levantamento feito ontem pela Clickbus, operadora do sistema de vendas de passagens do site oficia, houve um aumento de 439% no percentual na vendas de bilhetes entre o ano passado 2023 (mesma época, considerando os mesmos finais de semana de shows) e este ano, 2024. No ranking de rotas em direção ao Rio estão as cidades de São Paulo (capital), que representa quase metade desse total, além de Campinas, Sorocaba, Santos e Barra Funda e Belo Horizonte e Juiz de Fora.

"Quando olhamos para última edição do evento em 2022, os números atuais da pesquisa demonstram um aumento de 176% de comercialização de tickets. Se compararmos 2024 com 2022, o número deste ano já está bem maior e o evento nem chegou ainda, um incremento total de 237% para a data do evento", informa a marketplace.

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres (Abrati), considerando a semana de 9 a 13 de setembro, e tomando como exemplo o trecho São Paulo – Rio de Janeiro, que lidera o ranking de maior demanda de passagens em direção ao Rio, o viajante encontra opções em 10 viações do transporte regular comprometidos com a segurança e o conforto e oferece mais de 200 opções de horários com preços que variam em média em torno de R$ 200 por trecho.

"O ônibus é, sem dúvida, a opção mais democrática para viagens de turismo no Brasil", ressalta a entidade. Essa tendência é ainda maior num momento em que as tarifas do modal aéreo chegam a custar 800% a mais que os bilhetes de ônibus. Além disso, as frotas das empresas estão cada vez mais modernas e disponibilizando serviços de luxo como wi-fi, monitoramento em tempo real de todo percurso, poltronas espaçosas e que reclinam como cama entre outros mimos.

A Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro (Setur – RJ), que possui um espaço para o receptivo dos turistas e do público no setor de desembarque da rodoviária (o Lounge #TônoRio), destaca o aumento de 65% nas buscas de turistas para os finais de semana do festival no período de 16 a 22 de setembro. Segundo o presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, a maioria do público do evento é formada por jovens.

"A expectativa em relação a ocupação hoteleira no período do Rock in Rio é a melhor possível. A tendência é que a ocupação hoteleira cresça mais próxima ao evento", complementa.

De acordo com os dados do HotéisRio, na primeira semana de shows (de 13 a 15 de setembro) destaque para a média de 54% na ocupação hoteleira do Rio na primeira semana de Rock in Rio. Já na segunda semana de shows (de 19 a 22 de setembro), a média de ocupação aumenta ainda mais.

E-commerce movimentou R$ 196,1 bi em 2023, no Brasil

O comércio eletrônico brasileiro encerrou 2023 com uma movimentação recorde de R$ 196,1 bilhões, representando um crescimento de 4% em relação ao ano anterior. Os dados, divulgados pelo Observatório do Comércio Eletrônico Nacional, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), indicam que o setor quintuplicou em tamanho desde 2016, quando movimentou pouco mais de R$ 39 bilhões.

A região Sudeste foi destaque, concentrando 73,5% das vendas online, seguida pelo Sul (15,2%), Nordeste (7%), Centro-Oeste (3%) e Norte (1,3%). No que diz respeito ao destino das compras, a região Sudeste também liderou, com 55,6% das transações, enquanto as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte registraram, respectivamente, 16,8%, 15,8%, 8,3% e 3,3% dos negócios.

São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais responderam por 60% das transações de e-commerce em 2023. O secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Mdic, Uallace Moreira, ressaltou a importância do setor para a economia brasileira. "Isso mostra que nós temos um trabalho árduo a fazer, que é o processo de inclusão digital e de distribuição de renda", afirmou.

O perfil de compras online também foi analisado pelo Observatório, que utilizou dados de notas fiscais eletrônicas fornecidas pela Receita Federal. Os smartphones lideraram as vendas, com uma movimentação de R$10,3 bilhões em 2023. Livros, brochuras e impressos seguiram na lista, com R$6,4 bilhões, enquanto televisores geraram R$5,3 bilhões em vendas. Refrigeradores e congeladores somaram R$5 bilhões, tablets R$4,4 bilhões, e complementos alimentares R$3,7 bilhões.

A lista de produtos mais vendidos varia conforme o estado. Em Minas Gerais, calçados foram os itens mais comprados, enquanto aparelhos de ar-condicionado lideraram as vendas no Espírito Santo. Santa Catarina e Paraíba tiveram refrigeradores e congeladores como os produtos mais vendidos, e automóveis foram os mais procurados em Goiás. No Distrito Federal, livros foram os itens de maior destaque.

COMISSÃO ORGANIZADORA PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS E ASSEMELHADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO

Os membros da Comissão Organizadora Pró-Fundação do Sindicato das Instituições de Longa Permanência Para Idosos e Assemelhados do Estado do Rio de Janeiro, no exercício da liberdade que nos assegura o artigo 8º da Constituição Federal de 1988 nos termos da Decreto-Lei nº 1.402/1939, convocamos os Proprietários das Instituições de Longa Permanência Para Idosos e Assemelhados do Rio de Janeiro residentes e em atividade no Estado do Rio de Janeiro, a reunirem-se em Assembleia Geral de Fundação do Sindicato das Instituições de Longa Permanência Para Idosos e Assemelhados do Estado do Rio de Janeiro, no Estado supracitado, a realizar-se no dia 20 de setembro de 2024 às 9:00 horas em segunda convocação as 09:30 com qualquer número de presentes, no auditório da sede da Associação das Instituições de Longa Permanência Para Idosos e Assemelhados do Rio de Janeiro – AILPI-RJ, sito Av. Nilo Peçanha nº 50 – SLJ, centro, Rio de Janeiro/RJ a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Discussão sobre a conveniência e aprovação da fundação do Sindicato das Instituições de Longa Permanência Para Idosos e Assemelhados do Rio de Janeiro, nos termos da Lei e sua abrangência territorial Estadual; 2 - Aprovação dos Estatuto Social da Entidade; 3 - Fixação das mensalidades sociais e demais contribuições para o custeio da Entidade. 4 - Eleições e posse da Diretoria e Conselho Fiscal; A mesa diretora e as formas de discussão e deliberação, serão decididas pelos próprios interessados presentes na assembleia.

Fernando cesar Lopes Binello
Fundador

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro nos termos do estatuto da entidade e conforme a legislação vigente, convoca todos as (os) empregadas (os) jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para participarem de Assembleia Geral Extraordinária Virtual, conjunta e simultânea, com os demais empregados jornalistas representados pelos Sindicatos dos Jornalistas de SP e DF e empregados radialistas representados pelos Sindicatos Radialistas do DF, SP e RJ, a realizar-se: no dia 09 de setembro de 2024 às 19h, em primeira convocação com o quórum estatutário e às 19h30m em segunda convocação; no dia 10 setembro às 13h, em primeira convocação com o quorum estatutário e às 13h30m, com qualquer número de presenças, conforme previsto no artigo 8º, III e VI da Constituição Federal e de acordo com os Estatutos das Entidades Sindicais, de forma virtual pela plataforma Google Meet neste link https://meet.google.com/ztq-ioms-ndo para apreciação e votação da seguinte pauta: 1) Leitura, discussão e deliberação sobre a pauta nacional unificada de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) DE 2.024/2.025 a ser apresentada a Empresa Brasil de Comunicação; 2) Alteração da Data-Base 3) Deliberação sobre quais as entidades sindicais que integrarão a negociação de renovação do ACT, em aprovada a pauta unificada de reivindicações; 4) Aprovação de cláusula referente à Contribuição Assistencial; 5) Autorização para celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com a Empresa Brasil de Comunicação, ou, não prosperando a negociação, autorizar que seja suscitado o Dissídio Coletivo; 6) Assuntos Gerais.Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2024.

Verginia Dirami Berriel
Diretoria de Administração e Finanças do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

TC (TRAD3): plataforma, corretora e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o TC com Pedro Albuquerque, cofundador e CEO da companhia.

Como funciona o modelo de negócio do TC?

Para explicar de uma forma bem simples, o nosso modelo de negócio é trazer usuários para a nossa plataforma. O TC possui uma plataforma única que tem absolutamente todas as informações necessárias para formar novos investidores e para fazer com que um investidor invista melhor e com mais assertividade. O TC é uma comunidade incrível que não deve nada para nenhuma rede social internacional ou empresas do setor financeiro internacional. O nosso feed tem engajamento, muitos usuários e milhares de posts por dia.

O TC traz usuários para a sua plataforma a um CAC (Custo de Aquisição de Clientes) muito barato. Essa capacidade de atração se dá por conta da nossa comunidade, que não possui paralelo no mercado financeiro, e uma vez que esses usuários estão na nossa plataforma, nós temos diversas formas de monetizá-los, sendo a operação da corretora uma delas. Nós trazemos receita para o TC neste momento e no futuro através da corretagem.

A parte educacional é um braço que "startamos" recentemente. A comunidade acelera a curva de aprendizado dos investidores, mas eles precisam ter um ponto de início, que são os cursos. Com esses dois elementos, nós temos a capacidade de atrairmos novos investidores para a Bolsa. Na parte que tange o varejo, esse é o modelo de negócios do TC.

No B2B, o TC tem ativos muito interessantes. A Economática, com quase 40 anos de idade, é a maior, mais importante e mais completa empresa de dados financeiros do Brasil. Ela tem uma base de usuários extremamente fiel que não cancela seus serviços, a não ser que fechem as portas. Por mais que o mercado de gestoras de recursos esteja passando por um período muito complexo, nós temos observado o quão forte é a Economática e como ela consegue crescer, devagar, mas sempre, todos os meses. Esse é um ativo muito especial do TC que é baseado na venda de assinaturas com contratos de longo prazo. Com relação a Prisma, nós anunciamos, recentemente, a sua venda para outro player.

O mercado entende o que faz o TC?

No meu entendimento, o mercado ainda tem uma percepção falha do TC, pois não estamos com a última milha bem formada, que é a parte transacional. O que o mercado tem que observar em relação ao TC são os seus diferenciais. Como disse, a plataforma do TC é única, já que não há nada parecido com o TC. Eu não acredito no mercado de corretoras de valores, mas acredito no TC. A nossa corretora de valores tem sorte em nascer plugada ao TC. Se não tivéssemos a nossa plataforma, eu não acreditaria em montar uma corretora.

Nós falamos muito na corretora, mas, neste momento, o investidor deve olhar o que estamos fazendo na plataforma do TC. Nós estamos investindo em pesquisa e desenvolvimento. A nossa plataforma está cada vez mais única, atraindo e retendo mais usuários. Nós temos um modelo único no mercado financeiro brasileiro, pois não existe hoje nenhum player que esteja fazendo o que estamos fazendo. Existem várias corretoras no nosso mercado, que está cada vez mais concentrado, mas ninguém está fazendo o que estamos fazendo.

Eu ouso dizer: o TC não é uma corretora. O TC é uma comunidade que está montando uma corretora, pois o nosso diferencial é a plataforma.

Como está o trabalho para fazer com que o TC opere com Ebitda positivo?

O TC tem a opção de cortar mais gastos, só que acreditamos em um equilíbrio. Nós estamos continuamente investindo nos nossos produtos para que tenhamos, cada vez mais, diferenciais. O componente de custo fixo do TC é muito alto, mas quando tivermos o ecossistema completo, com a parte transacional, nós teremos capacidade de expandir a nossa receita sem adicionar custo fixo. Isso porque toda a nossa equipe para a parte transacional já está dentro de casa, como assessoria, execução, jurídico, marketing e compliance, o que faz com que estejamos prontos para uma vida transacional de corretora.

Com a última milha plugada de forma efetiva, que é a aprovação da transferência de controle da Dibran, nós acreditamos que vamos destravar valor sem adicionarmos custos, expandindo a receita, melhorando as margens e, consequentemente, gerando caixa e lucro.

Qual a expectativa do TC para que isso aconteça?

Eu não posso passar guidance, mas, por exemplo, com o fechamento do X, o TC, que é uma rede alternativa no que tange a debate sobre o mercado financeiro e a busca de notícias, tem tido um crescimento espetacular nos últimos dias em quantidade de usuários cadastrados e de usuários online na plataforma. Uma empresa que tem cerca de 200 mil usuários únicos online, tem uma capacidade de monetização sem paralelo.

É isso que está acontecendo no TC. Nós estamos investindo no nosso produto e atraindo cada vez mais usuários, e face a isso, o próximo passo natural é a monetização desses usuários. Nós podemos ter ads; já temos uma operação de corretora, provisoriamente, em um agente autônomo de investimento, e acabamos de montar um braço de câmbio e um braço de seguros, onde eu tenho bastante experiência. Nós temos todas as caixinhas necessárias para monetizarmos no futuro e, consequentemente, gerarmos valor para todos.

Como o TC avalia o retorno da gestão de carteiras, fundos e recursos?

O nosso fundo quantitativo está no primeiro quartil de performance da indústria quantitativa e o nosso fundo multimercado foi, no ano passado, o melhor fundo do Brasil em uma janela específica de 12 meses, além de estar entre os 10 melhores de 2024. Nós também pretendemos entrar no mercado de crédito dentro da nossa gestora.

O TC possui uma equipe muito competente para entregar aos nossos clientes que não tem tempo suficiente para investir sozinho ou por conta própria, ou que tem tempo, mas que possuem uma estratégia de diversificação de portfólio. Nós temos os produtos corretos e uma performance muito boa dentro da nossa gestora.

Falando, especificamente, do multimercado, o nosso fundo é um dos poucos que hoje capta na indústria. Isso por conta da força do balcão do TC, que não está plugado a nenhum outro canal de distribuição, ou seja, essa é uma captação própria, dentro da nossa plataforma, mesmo com todas as fricções que existem hoje. Isso porque o nosso usuário sai do nosso aplicativo para abrir uma conta na TC Investimentos, já que nada é integrado, o que faz com que o processo demore. Em breve, nós vamos ter tudo integrado na plataforma, com uma experiência única, rápida e ágil. Isso vai nos dar um grande diferencial para acelerarmos o processo de abertura de contas e convertermos esses clientes na almejada monetização.

Como o TC tem feito para abrir espaço nesses mercados, principalmente no mercado de gestão de recursos?

Com essa quantidade enorme de clientes utilizando a nossa plataforma, nós podemos ser uma alternativa não só para a nossa gestora, como para outras gestoras,



Pedro Albuquerque

pois eu vejo o TC como uma plataforma absolutamente agnóstica. Não é porque temos uma gestora que não queremos outras gestoras aqui na nossa casa. Não é porque temos uma comunidade que não queremos outras comunidades aqui na nossa casa. Eu enxergo o TC como uma empresa aberta para parcerias e como uma alternativa em um mercado que está extremamente concentrado. Isso porque existem, cada vez menos, corretoras, players e alternativas para os clientes, o que é muito ruim. A chegada do TC como uma alternativa é importante para o mercado de capitais brasileiro.

Existe a possibilidade do TC virar um banco? Faço essa pergunta, pois a companhia já está trabalhando com gestão de carteiras, fundos e recursos, está preparando a sua corretora e, como você disse, está com os braços de câmbio e seguros.

A nossa intenção é entregar o projeto de transacional como almejamos, sendo que o próximo passo é acelerá-lo. Como temos um volume negociado, via parceiro, muito significativo, nós queremos colocá-lo dentro de casa com a criação de um serviço único para os nossos clientes, com atendimento diferenciado, muita tecnologia e uma plataforma cada vez mais robusta. Para que possamos fazer isso, precisamos ter muito foco neste projeto, pois ele não é nada trivial.

Como o TC pretende gerar valor para os seus acionistas?

O valor está sendo gerado nesse exato momento, pois temos uma multidão de pessoas que acessam a nossa plataforma. Esse número é muito relevante e poucas empresas têm isso à disposição. Muitas delas morrem porque não tem um balcão, usuários e capacidade de atração, sendo que essa, definitivamente, não é a história do TC. Como disse, nós atraímos usuários a um CAC muito abaixo da média da indústria. Como temos um efeito rede muito grande no TC, nós temos muita gente na nossa plataforma, o que faz com que a nossa capacidade de monetização futura não possa ser subestimada.

Leia a entrevista completa em: https://monitormercantil.com.br/tc-trad3-plataforma-corretora-e-perspectivas/

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
CNPJ nº 02.270.689/0001-08 - NIRE nº 3330016653-0

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30/08/24: Data, Local e Horário: Aos 30/08/24, às 09:00h (BRT), na sede social da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, n° 300, salas 501 e 701, Botafogo, na Cidade e Estado do RJ, Brasil. **Mesa**: Sr. Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Sra. Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. **Presença**: Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(1)** Submissão à aprovação da Assembleia Geral de pagamento de juros sobre o capital próprio (8ª parcela do ano de 2024); e **(2)** Distribuição de dividendos intercalares com base em balanço semestral correspondente ao período acumulado de 6 meses de 2024. **Deliberações**: Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos: **(1)** A submissão à aprovação da Assembleia Geral de proposta para pagamento de juros sobre o capital próprio (8ª parcela do ano 2024) no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), a ser registrado nas demonstrações financeiras da Companhia em agosto/24 e a ser pago em ou antes de 30/09/24; e **(2)** *Ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais) à conta de lucros auferidos no período acumulado de 6 meses, findo em 30/06/24, com base em balanço semestral, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 204 da Lei 6.404/76 e permitido pelo artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, a serem pagos aos acionistas em ou antes de 31/12/24. **Encerramento**: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas**: Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. Francisco José Gea Pascual del Riquelme, Wu Chengliang, José Carlos de Vicente Bravo, Pablo Luis Gay-Ger, Zhang Jianguo, Leonardo Moreira de Paiva Junqueira, Wang Ping, Mariano Benito Zamarriego, Lianhua Zhang e Alejandro José Ponce Bueno. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. RJ, 30/08/24. **Carolina Assano Massocato Escobar -** Secretária. Jucerja nº 6431256 em 03/09/24.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria do **Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Distribuidoras de Jornais e Revistas do Estado do Rio de Janeiro (SINDIJORNAIS), CNPJ n.º 32.324.865/0001-08,** no uso de suas atribuições estatutárias, está convocando todos os associados, quites em condições de voto, para Assembleia Geral a ser realizada no dia 07 (sete) de outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) das 09 (nove) as 17 (dezessete) horas, na Sede do Sindicato, sito a Rua Alcântara Machado, n.º 40, Sala 203 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, para as seguintes deliberações: 1ª pauta - Transferência de endereço da Entidade situada na Rua Alcântara Machado, n.º 40, Sala 203 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, para a **Rua Mayrink Veiga, n.º 11, Grupo 901 A - Centro - Cep: 20090-050, RJ**; 2ª pauta - Desfiliação da Federação dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidades do estado do Rio de Janeiro, devido ao fechamento da mesma; e Filiação na **Federação Nacional dos Publicitários, Agenciadores de Publicidade, Trabalhadores em Agências de Propaganda, Trabalhadores na Distribuição de Jornais e Revistas e dos Trabalhadores na Administração de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas (FENAP)**; 3ª pauta - Alteração do Artigo 26 do estatuto para: **O Presidente do Sindicato, deverá afixar na sede da Entidade, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data das eleições, o edital de convocação para o pleito, que resumidamente, deverá ser publicado no mesmo prazo, em jornal de circulação no Estado do Rio de Janeiro, conforme conveniência da administração da Entidade**; 4ª pauta - Eleição para renovação da Diretoria Executiva, Diretoria Plena, Conselho Fiscal e Delegados da Federação, efetivos e suplentes, tudo na forma estatuída no Capítulo V do Estatuto. As eleições dar-se-ão durante a Assembleia. O Prazo para o registro das chapas é de 10 (dez) dias a contar da data da publicação do edital. A Secretaria do Sindicato funcionará nesse período no horário das 09 (nove) as 17 (dezessete) horas. O prazo para impugnação de chapas será o de 3 (três) dias. Caso haja empate entre as chapas concorrentes, o segundo pleito dar-se-á no dia 08 (oito) de outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), e persistindo o empate o terceiro e último escrutínio dar-se-á no dia 09 (nove) de outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), no mesmo horário e local. Chapas só poderão ser registradas caso atendam o estatuído no parágrafo segundo do artigo 29. **Regulamento do voto por correspondência** Poderão votar por correspondência os eleitores residentes fora do Município do Rio de Janeiro, os quais receberão através de carta a Cédula Eleitoral contendo as Chapas Registradas e uma sobrecarta para serem enviadas ao Sindicato até o dia 06 (seis) de outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) e que serão abertas e contabilizadas pela mesa eleitoral. Não serão consideradas as cartas chegadas após o prazo de encerramento das eleições, as quais serão imediatamente destruídas. Todas as dúvidas poderão ser esclarecidas na Sede do Sindicato no horário de funcionamento da Secretaria. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2024.

Dourival Pereira de Almeida - Secretário de Finanças

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA OITAVA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE e INTIMAÇÃO à MARCELA RAMOS SALLES, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Execução (0295728-28.2013.8.19.0001) proposta por Jardim Guadalupe Administradora e Incorporadora S.A contra Marcela Ramos Salles, na forma abaixo: O DR. JOSE MAURICIO HELAYEL ISMAEL, Juiz de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **16.09.2024 e 23.09.2024, às 12hs:20min,** no Átrio do Fórum, à Av. Erasmo Braga, nº 115, 5º Andar (hall dos elevadores da Lâmina Central), Castelo, Rio de Janeiro, RJ, e simultaneamente através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública **FABÍOLA PORTO PORTELLA**, inscrita na JUCERJA sob o nº 127, será apregoado e vendido o Veículo Fiat / Palio EDX, Placa LCC 3234, RJ, gasolina, ano/modelo 1997/1998.- Avaliação: R$ 10.163,87.- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
CNPJ/ME N° 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5
Companhia Aberta de Capital Autorizado
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Considerando que a Assembleia Geral Extraordinária, convocada no último dia 30 de agosto de 2024 e que seria realizada em 30 de setembro de 2024, teve sua data de realização retificada, serve a presente reconvocação para estabelecer a nova data de realização. Desta forma, ficam convocados os Srs. acionistas da PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A. ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 25 de setembro de 2024, às 11:00 horas ("AGE"), na sede da Companhia, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem acerca das matérias previstas na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia em 3 de setembro de 2024, no portal da CVM e página eletrônica (site) da Companhia, conforme abaixo: *(i) Ratificar a contratação da Empresa Especializada, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da Real Estruturas e Construções Ltda., conforme requisitos do artigo 256, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76; (ii) Apreciar e Aprovar o Laudo de Avaliação da Real Estruturas e Construções Ltda. elaborado pela empresa especializada, conforme requisitos do artigo 256, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, para fins de aquisição relevante de participação societária; (iii) Ratificar a aquisição, pela Companhia, de 100% (cem por cento) do capital social da Real Estruturas e Construções Ltda e aprovar a conclusão da operação; e (iv) Aprovar a transferência de ações ordinárias de emissão da Companhia, atualmente em tesouraria, no montante total de 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) ações, para pagamento de parte do preço da Transação ("Alienação").* Informações Gerais: Os acionistas encontrarão os documentos e informações obrigatórias, conforme previsto na Lei nº 6.404/1976 e na Instrução CVM nº 81/2022, e que são necessárias para melhor entendimento da matéria acima, além do Manual do Acionista para a AGE, disponíveis no escritório da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, no seu site (www.priner.com.br) e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A – BRASIL, BOLSA, BALCÃO (a "B3") (www.b3.com.br). Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da AGE presencialmente, munidos de documento de identidade com foto, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante artigo 126 da Lei 6.404/76 e Manual de Acionistas para a AGE. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei 6.404/76. As acionistas pessoas jurídicas podem ser representadas por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando, nesse caso, o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, o apostilamento de procurações, bem como a tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior. Para fins de melhor organização da AGE, a Companhia solicita, nos termos do art. 8º do estatuto social da Companhia, o depósito prévio dos documentos necessários para participação na AGE com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da AGE ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos na abertura da AGE, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, da IN da CVM 81/22. Cumpre consignar que a Transação não confere direito de recesso aos acionistas, nas condições previstas no artigo 256, parágrafo 2º. A Companhia informa que não adotará o sistema de voto a distância nesta Assembleia.

Pedro Henrique Chermont de Miranda
Presidente do Conselho de Administração.

Seguro de créditos de carbono inédito no Brasil

Parceria entre Future Climate e Aon

A Future Climate, que incorporou recentemente a Future Carbon, acaba de anunciar o lançamento de um seguro inédito e inovador para proteger investidores e participantes do mercado de créditos de carbono. A novidade é o resultado de uma parceria da Future Climate com a corretora britânica e gigante global de seguros Aon, com expertise em riscos ambientais e de sustentabilidade.

O objetivo desse novo seguro é impulsionar o financiamento para a conservação de 6,5 milhões de hectares da floresta amazônica. Com isso, investidores e participantes do mercado estarão protegidos contra riscos como falhas na entrega de créditos de carbono, mudanças regulatórias inesperadas, e outras incertezas que podem impactar o valor e a validade dos créditos de carbono.

Inicialmente, o seguro vai abranger cinco projetos, todos localizados nos estados da Amazônia Legal brasileira, mas não limitados a eles. À medida que novos projetos forem sendo avaliados, o seguro também será ampliado. A soma desses cinco projetos deve girar em torno de um milhão de toneladas de crédito por ano.

"A colaboração entre a Aon e a Future Climate vem para fortalecer todo esse trabalho e reforçar o mercado voluntário de carbono 2.0 com integridade e transparência, criando produtos sofisticados que conectam os mercados de carbono, financeiro e de seguros. Isso acelera a transição para uma economia de baixo carbono, visando um mundo com emissões líquidas zero até 2050", diz Fábio Galindo, CEO da Future Climate.

O novo seguro desempenha um papel fundamental no fortalecimento da confiança dos compradores no Mercado Voluntário de Carbono (MVC), especialmente para projetos de carbono baseados na natureza. E a expertise da Aon em gestão de riscos atrai investidores institucionais, ao esclarecer riscos e medidas de mitigação.

A parceria entre as duas companhias surgiu da necessidade de maior segurança e previsibilidade no mercado de carbono. O novo produto chega para atender às necessidades específicas do setor. "As conversas iniciais com a Aon começaram em março do ano passado. Trabalhamos intensamente para desenvolver um produto que ofereça proteção e valor ao mercado de carbono", conta Galindo.

O novo seguro aborda diversas preocupações do mercado, incluindo riscos associados à entrega de créditos e à volatilidade do mercado de carbono. Ao fornecer uma camada adicional de segurança, visa aumentar a confiança nas transações de créditos de carbono, promovendo a estabilidade e o crescimento do setor. Focado principalmente no comprador final, cobre até 40% do valor total da transação, com um custo adicional de 5% sobre o valor segurado. Isso significa que, caso um projeto entregue menos créditos do que o prometido, o seguro cobre a diferença, garantindo que o comprador não sofra perdas financeiras significativas.

Na opinião de Natalia Moudrak, diretora executiva da Aon Climate Risk Advisory, sem a infraestrutura adequada e mecanismos de mitigação de riscos em vigor, é quase impossível atrair o capital de investidores institucionais na escala que o Mercado Voluntário de Carbono (MVC) requer para um progresso significativo em direção ao zero líquido. "Estamos trabalhando com a Future Climate para ajudar a moldar melhores decisões nessa área, enquanto exploramos soluções que diminuem a potencial volatilidade e aumentam a resiliência. Ao integrar considerações de risco e seguro no ciclo de desenvolvimento do projeto desde o seu início, a Future Climate está ajudando a garantir a melhor possibilidade de sucesso para iniciativas nesse setor", afirma.

Garantia: ferramenta para administrar custos

O seguro Garantia é uma importante ferramenta estratégica financeira para melhor administração de custos operacionais e do patrimônio. A avaliação é de Regiane Calvo quando, ao assumir a Gerência de Subscrição de Garantia seguradora Essor, revelou que além de ser uma honra fazer parte do time e levar o nome da companhia a referência máxima de seguro Garantia no mercado, quer contribuir para que ele siga diversificando.

Com a experiência da atuação no mercado de seguro Garantia há mais de 20 anos, afirma que "em suas modalidades e coberturas, de modo a acompanhar as plurais e mais inovadoras tendências do mercado, como por exemplo, os contratos digitais, a inteligência artificial, os pequenos negócios e prestadores de serviços que cada vez mais se fazem presentes e fortificam modelos criativos de negócios da economia.".

Formada em Administração e Gestão Empresarial,Regiane possui especialização em Project Finance pela Saint Paul Escola de Negócios, e Direito do Seguro e Resseguro pela Fundação Getúlio Vargas. Em sua trajetória, integrou o quadro de grandes companhias do setor. Além de fazer parte da história de importantes marcos do seguro Garantia, como as principais mudanças legislativas e a evolução dos produtos, bem como o seu papel decisivo nas concessões, nas parcerias públicas-privadas, nos grandes projetos imobiliários, portuários e aeroportuários, nas inovações do judiciário e na abertura do mercado ressegurador do país.

Para ela, o seguro Garantia é uma importante ferramenta estratégica financeira para melhor administração de custos operacionais e do patrimônio. "Representa a confiança e a convicção de que um negócio ou uma obrigação será cumprida. Com isso, sua força jurídica tem a função de proteger segurados de possíveis prejuízos e frustrações causados pelo descumprimento de um negócio ou processo. Ele se estende às relações públicas, administrativas e privadas. E não somente para os segurados, mas também aos Tomadores", declara Regiane.

Entre os diferenciais do produto da Essor em relação a concorrência, a executiva destaca a plataforma digital personalizada que com a tecnologia de forma autônoma, oferece suporte necessário para o corretor parceiro apresentar com agilidade e qualidade as melhores soluções aos clientes. "Contamos com uma equipe qualificada em parceria com a OnPoint, que atua desde a subscrição, realizando a avaliação técnica dos contratos, a análise das demonstrações financeiras, bem como monitoramento e atualizações regulatórias, proporcionando aos nossos clientes um processo transparente e ágil, que nos permite praticar condições personalizadas e competitivas".

A Essor manterá seus canais de tecnologia, diálogo e estratégias ampliando a capacidade e a potência de realização de negócios de seus corretores parceiros. Permitindo que seus clientes não só tenham bons desempenhos em 2024, como aumentem seus resultados em relação a 2023. Regiane prevê como modalidades destaques do seguro Garantia, além, da liderança do seguro Garantia Judicial, para os próximos anos, um significativo aumento das modalidades relacionadas aos projetos e obras a serem realizados para o cumprimento do chamado "Marco do Saneamento". "Modalidades de prestação de serviços, fornecimento de materiais e execução de obras, além das concessões ligadas a essas operações", finaliza.

Plano de expansão do Programa A12+ Partners

Fornecer as melhores soluções para os parceiros de negócios, criando mecanismos para ampliar o mix de produtos, expandir o market share, aumentar a rentabilidade financeira, aprimorar o sistema de gestão e facilitar o acesso a melhores condições comerciais. Os temas fazem parte do aprimoramento do plano de expansão e execução do Programa A12+ Partners discutido pela diretoria do Grupo A12+ reunida em Belo Horizonte, no final do mês passado/

Para Renner Fidelis, presidente do Grupo A12+, essa iniciativa reafirma o compromisso de potencializar os serviços, impulsionar a eficiência operacional e fornecer a proteção necessária ao consumidor final. "Nos reunimos para garantir a padronização das ações e colocar em prática tudo o que planejamos estrategicamente para a expansão. O Programa A12+ Partners oferece uma gama de recursos para os corretores parceiros que aderiram ao programa."

A reunião contou com a presença do presidente do Grupo A12+, Renner Fidelis; do diretor de expansão, Evaldo de Paula; do diretor de tecnologia e marketing, Flávio Lino de Paula; do diretor comercial A12+ Corporate, Wellerson Castro, e outros sócios acionistas do grupo. Com o A12+ Partners, os corretores têm a possibilidade de obter a autonomia desejada, com forte presença no mercado, assessoria comercial, melhor aceitação, manutenção da marca e identidade da corretora, atendimento diferenciado das seguradoras, diversificação dos negócios com acesso a todas as modalidades de seguros, além da possibilidade de expandir seus negócios corporativos com o apoio da A12+ Corporate, acesso ao Gestão de Multas, acompanhamento e monitoramento no cross-selling da sua carteira, e uma mesa de negociação exclusiva A12+.

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
CCIP - CENTRO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PILARES

O Presidente da Assembleia Geral do CCIP - CENTRO DE COMERCIO E INDUSTRIA DE PILARES, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social art. 56º, convoca aos ASSOCIADOS que estejam com suas obrigações sociais em dia; observada as disposições Estatutárias a ser realizada no dia: 15/09/2024 em nossa sede social na Rua Casemiro de Abreu nº 176 às 9:00 horas em primeira convocação e às 9:30 horas em segunda Convocação. ORDEM DO DIA: 1 - Renovação de 20 conselhos conf. Art. 57º, entre efetivos e suplente no período 2024/2026; 2 - Eleições da nova diretoria Biênio 2024/2026; 3 - Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2024. FRANCISCO ORLANDO LOURENÇO CORNÉLIO - Presidente da Assembleia Geral.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da A!Bodytech Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") no dia 13/09/2024, às 17:00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** aprovar a alteração do endereço da sede administrativa da Companhia, bem como reformar o artigo 3º do Estatuto Social para constar o novo endereço; **(ii)** sujeito à aprovação do item (i), aprovar a consolidação do Estatuto Social; e **(iii)** autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias objeto da Ordem do Dia. A AGE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "*Zoom*". Os acionistas que desejarem participar da AGE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail juridico.empresarial@bodytech.com.br. Rio de Janeiro, 04/09/2024. Alexandre Accioly - Presidente do Conselho de Administração